



6 rue Alphonse Rio · 56100 Lorient · FRANCE
+ 33 297 83 11 69 · info@ccr-s.eu
www.ccr-s.eu

Relatório do Grupo de Trabalho Pescas Tradicionais Santa Cruz de Tenerife – Governo das Ilhas Canárias – 6 de Outubro de 2016

O Presidente agradeceu aos Membros a sua participação e perguntou à sala se consideravam que fossem necessárias eventuais modificações da ordem do dia ou do relatório da reunião anterior.

Relativamente ao projeto de relatório, nenhum pedido foi emitido durante a sessão, mas será procedido a um pedido de alteração redacional respeitante ao tema da pesca recreativa, tendo este sido previamente efetuado por correio eletrónico.

Para além disso, uma breve apresentação do estado de avanço do projeto sobre a pesca de pequena escala (Projeto Benoit Guerin) e uma apresentação das Cofradias das Canárias serão adicionadas à agenda de trabalho.

Ambos os projetos foram, deste modo, validados.

Gestão da Pesca Lúdica

O Secretário-geral informou os Membros de uma alteração de método na organização dos debates técnicos programados para hoje. Em vez de uma nova versão do projeto de parecer, foi preferido um debate específico, que incidisse sobre as dúvidas e interrogações expressas durante a reunião de Santiago de Compostela.

Estes elementos inscrevem-se no quadro geral da convivência entre a pesca lúdica e a pesca profissional, face às negociações europeias.

Convém, por esse motivo, tomar posição relativamente a estas duas questões - tendo os elementos de introdução aos debates destacado alguns novos mecanismos que autorizam uma diferenciação entre ambas as atividades - de modo a minimizar qualquer impacto de uma sobre a outra.

Como é hábito, os debates sobre o assunto foram inúmeros e intensos.

- Os Membros concordaram com a utilidade de um conhecimento mais apurado (Número de navios, capturas...) da atividade da pesca recreativa, na perspetiva de uma melhor gestão. Em muitos territórios esta atividade aparece como uma nova realidade, que deve ser integrada à gestão. Isto aplica-se particularmente a determinadas espécies, alvo dos pescadores recreativos. A pesca lúdica praticada no âmbito da subsistência também deve ser levada em consideração.
- Não será possível imaginar um modelo de gestão único, face à diversidade das práticas e das espécies-alvo.





6 rue Alphonse Rio - 56100 Lorient - FRANCE
+33 297 83 11 69 - info@ccr-s.eu
www.ccr-s.eu

- Não se pode nem se deve estabelecer qualquer ligação entre a Pesca Recreativa e a Pesca furtiva, sendo esta última atividade ilícita possível, tanto na pesca profissional como na pesca lúdica.
- Será importante fazer com que os representantes de todos os tipos de pesca sejam consultados ou associados ao processo de decisão política, de modo a evitar exacerbar antagonismos.

Vários representantes da indústria (Ilhas Canárias...) referiram terem sentido uma diferença de tratamento muito desfavorável para consigo em termos de controlo. Nesse sentido, apelaram a um reforço dos meios de controlo para a pesca recreativa e a um reforço da pedagogia destinada a esses pescadores, podendo esta efetuar-se sob várias formas (Intervenções nas escolas...). Assim, requereu-se a obrigatoriedade de um diário de pesca eletrónico para todos os pescadores lúdicos praticando uma atividade com embarcações. De igual modo, foi proposta a proibição da pesca lúdica sempre que uma espécie for objeto de um esgotamento de quotas para a pesca profissional. É, sobretudo, essencial obterem-se dados sobre o número de licenças e o volume das capturas - o que, de momento, é impossível.

À semelhança do que já foi realizado através de experiências (Pesca a pé, zonas Natura 2000...), parece perfeitamente possível elaborar pontos de situação precisos dessas atividades, que serviriam de base para a adoção de medidas de gestão definidas num quadro jurídico adequado. Convirá seguir escrupulosamente esta perspetiva, ou seja, a não-comercialização das capturas (marcação das barbatanas ou caudas para identificar a pesca recreativa). Para além disso, será necessário prever disposições explícitas para que, no caso de espécies sujeitas a TAC, a integração da pesca lúdica à gestão não se faça em detrimento da pesca comercial.

Os debates parecem, mais uma vez, possibilitar a adoção de um parecer do CC Sul sobre o assunto. Proceder-se-á às alterações necessárias do projeto anterior, sendo este, em seguida, apresentado ao Comité Executivo.

Projeto de Participação da Pesca Artesanal & Tomada de Decisão

B. Guérin, que está atualmente a desenvolver um projeto financiado pela DG Mare, relativo à representatividade da Pesca Artesanal e à sua implicação no processo decisório, apresentou brevemente o método a aplicar durante todo o projeto. Também procedeu a um ponto de situação sobre o estado de avanço do projeto, apresentou as próximas etapas e aproveitou a presença de um grande número de membros para debater com eles duas questões específicas. Será necessário, nalguns casos, adaptar a escala para as tomadas de decisão? Será necessário prever uma compensação para a participação dos pescadores de pequena escala nas reuniões?





6 rue Alphonse Rio · 56100 Lorient · FRANCE
+33 297 83 11 69 · info@ccr-s.eu
www.ccr-s.eu

Antes de responder a estas questões, alguns membros especificaram que a organização profissional existente em França, Espanha e Portugal, integrava todos os tipos de pesca, estando, por isso, todos os pescadores de pequena escala representados pelas organizações e respetivos representantes. Relativamente a este ponto, convinha distinguir e apurar o modo de organização da representatividade nas instâncias decisórias e saber se os pescadores de pequena escala se sentem bem «representados» pelas estruturas oficiais. Estas questões só encontrarão resposta após a realização de análises aprofundadas, o que está, aliás, previsto no projeto. Para além disso, já foi evidenciado por todos os Membros que o primeiro requisito para a uma participação efetiva nas tomadas de decisão assenta, antes de mais, numa verdadeira vontade de participação e contribuição para os trabalhos.

Com alguns exemplos (polvo, moluscos...), foi facilmente demonstrado que, no caso de determinados stocks ou pescarias, a gestão não deveria ser condicionada pelo nível comunitário. Deste modo, foi validado que os Membros do CC Sul trabalhariam para estabelecer uma lista desses mesmos stocks/pescarias.

Relativamente aos financiamentos para a participação dos pescadores de pequena escala, foi mais a questão da identificação do financiador que a sua utilidade que foi debatida.

Ponto de informação sobre a avaliação do Regulamento Controlo

Os Membros foram informados que a Comissão Europeia prosseguia os trabalhos de análise. Até à data, nenhuma decisão política foi tomada e, no respeitante ao calendário, continua-se a aguardar um posicionamento para o final do ano.

Novo Quadro de Medidas Técnicas

O projeto de parecer apresentado hoje é diretamente subsequente aos trabalhos realizados aquando do *workshop* técnico de 19 de julho em Bordeaux. Por essa ocasião, tinha sido decidido trabalhar sobre um projeto de parecer focado na arquitetura da proposta da Comissão e nas suas grandes orientações. O projeto visa realçar os pontos fortes e pistas de melhoria da proposta, discriminando, em anexo, as contribuições recebidas bem como um compêndio de todos os pontos relativamente aos quais a Comissão tenha ido mais longe do que a norma em vigor.

Foi acordado todas as contribuições enviadas eletronicamente ao CC Sul serem integradas no projeto de parecer, desde que os elementos fossem transmitidos rapidamente.



6 rue Alphonse Rio · 56100 Lorient · FRANCE
+ 33 297 83 11 69 · info@ccr-s.eu
www.ccr-s.eu

Valorização dos Produtos da Pesca Artesanal

***Apresentação de IslaTuna**

Inmaculada Da Silva apresentou aos membros um panorama geral do funcionamento, da organização e das principais temáticas de interesse de IslaTuna.

IslaTuna é reconhecida enquanto OP desde 2004, tendo nomeadamente sido constituída a fim de gerir os créditos POSEI. Esta estrutura é local, incluindo apenas navios com base na Ilha de Tenerife. Emprega 37 pessoas por 83 navios, contando com uma produção acumulada de 3 000 Tn por ano, o que representa cerca de 30-35% da totalidade da produção das Ilhas Canárias.

A maior parte da produção (80%) destina-se à Península Ibérica, sendo expedida por via marítima ou aérea. O volume disponível a bordo dos aviões constitui, muitas vezes, um travão na cadeia logística. IslaTuna utiliza todos os meios ao seu dispor para fluidificar as condições de comercialização da produção dos seus aderentes e, assim, contribuir para uma remuneração justa do seu trabalho.

Relativamente à reflexão em torno das problemáticas de gestão, o tamanho mínimo do atum rabilho está atualmente a ser tratado, com uma hipótese de trabalho atual de tamanho de 60 quilos.

No seguimento das questões colocadas pela assembleia, Macu Da Silva referiu partilhar as opiniões expressas pelos representantes dos Açores, acerca das consequências de determinadas pescarias ao largo da Costa Africana e denunciou as modalidades de repartição das quotas para as espécies de tunídeos.

***Apresentação da Federação das Cofradias Canarinas**

F. Gutierrez deu início à sua apresentação, com a memória da emoção sentida aquando a erupção do vulcão El Hierro e a dor que se seguiu. Em seguida, apresentou o trabalho de prefiguração da recente Federação das Cofradias Canarinas, realçando, designadamente, os acordos alcançados com a Ilha La Graciosa, sendo estes um testemunho de uma autêntica vontade de união.

Infelizmente, devido a um desacordo sobre as modalidades de representação de cada Ilha na Federação, este projeto de constituição viu-se comprometido e adiado. Contudo, as coisas acabaram por se resolver e a Federação tornou-se efetiva a 13 de Abril de 2016.

Vários eixos de trabalho já foram identificados: Perfurações de petróleo, soberania alimentar e, mais globalmente, defesa de uma certa justiça para esta corporação. A repartição das quotas de atum rabilho assume um papel de destaque na agenda de trabalho.

Os Membros apreciaram esta apresentação e quiseram saber se os assuntos abordados se iriam traduzir em trabalhos no CC Sul e, especialmente, em projetos de pareceres.

F. Gutierrez indicou que iria tentar, no futuro, seguir as reuniões organizadas pelo CC Sul, apesar da sua fobia dos aviões e, deste modo, envolver-se ao máximo.





6 rue Alphonse Rio · 56100 Lorient · FRANCE
+33 297 83 11 69 · info@ccr-s.eu
www.ccr-s.eu

Principais Conclusões:

- Os debates de hoje irão, com certeza, melhorar o projeto de parecer relativo à Pesca Recreativa, que será proposto ao Comité Executivo
- Os Membros terão de estabelecer uma lista de stocks/Pescarias, para os quais seria, *a priori*, mais oportuno não estar sob controlo comunitário
- Os Membros poderão contribuir para o projeto de parecer relativo ao novo Quadro de Medidas Técnicas, apesar de a proposta na sua atual formulação já parecer bastante interessante.

